





## INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

### A corrida contra o tempo para resgatar mais de duzentas pessoas presas no Monte Everest

Equipes de resgate foram enviadas às encostas tibetanas do Monte Everest, na fronteira entre o Tibete e o Nepal, após uma forte tempestade de neve deixar centenas de pessoas presas em acampamentos. Centenas de moradores locais e equipes especializadas trabalham para remover a neve que bloqueia o acesso à região, situada a quase cinco mil metros de altitude.

Cerca de trezentas e cinquenta pessoas já foram resgatadas e levadas a um local seguro, enquanto outras duzentas permanecem isoladas, aguardando evacuação. As nevascas começaram na noite de sexta-feira e se intensificaram rapidamente, surpreendendo os grupos de trilheiros e alpinistas.

Uma das sobreviventes relatou que o frio intenso tornou a hipotermia um risco real e que o clima deste ano está fora do normal. O grupo dela, formado por mais de dez pessoas, enfrentou ventos fortes e neve contínua durante a noite e precisou retornar no dia seguinte, caminhando por horas sobre trilhas completamente cobertas.

Moradores tibetanos auxiliaram os socorristas, levando alimentos e suprimentos para as equipes. A nevasca ocorreu durante o feriado nacional chinês conhecido como Semana Dourada, período de grande fluxo de turistas, o que agravou a situação.

As autoridades suspenderam o acesso à área turística do Everest, enquanto continuam as operações de resgate. A região enfrenta condições meteorológicas extremas: no Nepal, chuvas e deslizamentos de terra já causaram dezenas de mortes.

O Monte Everest, com quase nove mil metros de altitude, é o pico mais alto do mundo e atrai milhares de visitantes todos os anos. Nos últimos tempos, tem sofrido com superlotação, impactos ambientais e sucessivas mortes de alpinistas. O acesso ao Tibete é restrito e a circulação de informações é rigidamente controlada pelo governo, o que torna mais difícil acompanhar a situação em tempo real.

Mesmo assim, a imprensa estatal confirmou que o clima severo no Himalaia continua desafiando as equipes, que seguem em uma verdadeira corrida contra o tempo para retirar todos os sobreviventes da tempestade de neve.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy4jzlvvp05o>. adaptado.

### Questão 01

Centenas de moradores locais e equipes especializadas trabalham.

Sintaticamente, é correto afirmar que o núcleo do sujeito é reconhecido:

- (A) como inexistente, já que o verbo "trabalham" tem sujeito indeterminado e expressa ação genérica.
- (B) pelo termo "centenas", pois "equipes especializadas" funciona como adjunto adnominal que complementa o primeiro núcleo.
- (C) pelo substantivo "equipes", visto que o termo "centenas" atua como quantificador e não exerce função de núcleo.
- (D) pelos vocábulos "centenas" e "equipes".

### Questão 02

As autoridades suspenderam o acesso à área turística do Everest, enquanto continuam as operações de resgate.

Em relação ao sinal indicativo de crase, é correto afirmar que, nesta frase,

- (A) o uso da crase em "as operações" é obrigatório, pois o substantivo "continuam" exige a preposição "a", que se funde ao artigo plural do substantivo; no entanto, o novo acordo ortográfico permite o uso ou não da crase por questões estilísticas.
- (B) o uso da crase em "as operações" é facultativo, já que o "a" pode ser interpretado como preposição e não como artigo.
- (C) o uso do acento indicativo de crase em "à área" é obrigatório, pois há a fusão da preposição exigida pelo substantivo "acesso" com o artigo definido feminino que acompanha o substantivo "área".
- (D) o uso da crase em "à área" é facultativo, pois o verbo "suspender" não exige preposição.

### Questão 03

O Monte Everest, com quase nove mil metros de altitude, é o pico mais alto do mundo e "atrai" milhares de visitantes todos os anos.

De acordo com as regras de regência verbal, o verbo destacado nesta frase funciona como verbo:

- (A) transitivo indireto, pois exige complemento iniciado por preposição, implícita na estrutura.
- (B) transitivo direto, pois exige complemento sem preposição, representado pelo termo "milhares de visitantes".
- (C) bitransitivo, pois possui dois complementos, um direto e outro indireto.
- (D) intransitivo, pois a ação de "atrair" não recai sobre nenhum objeto expresso.

### Questão 04

A região enfrenta condições meteorológicas extremas: no Nepal, chuvas e deslizamentos de terra já causaram dezenas de mortes.

De acordo com as regras de acentuação, é correto afirmar que:

- (A) "já" recebe acento por ser um vocábulo oxítono terminado em "a".
- (B) há um vocábulo acentuado por ser oxítono terminado em "o".
- (C) há um vocábulo acentuado por ser oxítono terminado em "es".
- (D) "meteorológicas" é acentuado por ser um vocábulo proparoxítono legítimo.

### Questão 05

Outras duzentas permanecem isoladas, aguardando "evacuação".

De acordo com as regras de colocação pronominal, a forma culta do pronome oblíquo para substituir o termo destacado é:

- (A) Outras duzentas permanecem isoladas, lhe aguardando.
- (B) Outras duzentas permanecem isoladas, a aguardando.
- (C) Outras duzentas permanecem isoladas, aguardando-a.
- (D) Outras duzentas permanecem isoladas, aguardando-lhe.

### Questão 06

As nevascas começaram na noite de "sexta-feira" e se intensificaram rapidamente.

Em relação à classe gramatical, o termo destacado trata-se de:

- (A) um adjetivo composto formado por dois substantivos, indicando qualidade do termo "noite".
- (B) um substantivo simples formado por um radical e um sufixo de tempo.
- (C) uma locução nominal formada por preposição e substantivo.
- (D) um substantivo composto formado por um numeral ordinal e um substantivo.

### Questão 07

A intensa tempestade de neve nas encostas do Everest, descrita no texto base, revela um contexto em que o fenômeno natural, o turismo descontrolado e as restrições políticas se entrelaçam, evidenciando as múltiplas dimensões do desafio enfrentado pelas equipes de resgate.

De acordo com o texto base, é correto afirmar que:

- (A) o aumento do turismo na região, embora traga benefícios econômicos, tem contribuído para agravar os impactos ambientais e os riscos de acidentes nas encostas do Everest.
- (B) a complexidade da operação de resgate decorre não apenas das condições meteorológicas extremas, mas também do isolamento geográfico e do controle de informações imposto pelas autoridades locais.

- (C) a tempestade foi prevista com antecedência e, por isso, os trilheiros conseguiram se preparar adequadamente para enfrentá-la.
- (D) a atuação das equipes de resgate foi facilitada pelo livre acesso ao Tibete, onde jornalistas e estrangeiros puderam acompanhar os trabalhos de forma autônoma.

### Questão 08

Mesmo assim, a imprensa estatal confirmou "que" o clima severo no Himalaia continua desafiando as equipes, "que" seguem em uma verdadeira corrida contra o tempo.

Em relação à classe gramatical, os termos destacados são, respectivamente,

- (A) pronome indefinido e conjunção explicativa.
- (B) pronome relativo e conjunção integrante.
- (C) conjunção coordenativa e pronome relativo.
- (D) conjunção integrante e pronome relativo.

### Questão 09

Trecho 1: Centenas de moradores locais e equipes especializadas trabalham para remover a neve que "bloqueia" o acesso à região, situada a quase cinco mil metros de altitude.

Trecho 2: O acesso ao Tibete é "restrito" e a circulação de informações é rigidamente controlada pelo governo, o que torna mais difícil acompanhar a situação em tempo real.

Em relação à significação das palavras destacadas, é correto afirmar que:

- (A) "bloqueia" e "restrito" possuem o mesmo valor de proibição absoluta, sendo sinônimos perfeitos em qualquer contexto.
- (B) ambas expressam ideia de permissão, já que indicam acesso monitorado e controlado.
- (C) "bloqueia" sugere apenas lentidão no acesso, enquanto "restrito" indica abundância de informações disponíveis.
- (D) ambas indicam ideia de limitação, pois "bloqueia" transmite o sentido de impedir fisicamente a passagem e "restrito" expressa o controle ou limitação de acesso a algo.

### Questão 10

O grupo dela, formado por mais de dez pessoas, enfrentou ventos fortes e neve contínua durante a noite e precisou retornar no dia seguinte, caminhando por horas sobre trilhas completamente cobertas de neve.

De acordo com a regência nominal, a preposição "de" é exigida pelo termo "cobertas" para indicar:

- (A) lugar, por assinalar a posição em que ocorreu a ação de cobrir.

- (B) causa, por revelar o motivo de as trilhas estarem encobertas.
- (C) matéria, pois expressa o elemento que recobre ou constitui a superfície mencionada.
- (D) instrumento, por indicar o meio utilizado para encobrir as trilhas.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

---

### Questão 11

Beto participou de um processo seletivo na empresa TechSol Inovações Digitais, que realizou um concurso interno de promoção para selecionar um novo coordenador de projetos. O processo avaliativo foi dividido em três etapas, cada uma com peso diferente, de acordo com sua importância na função. O peso de cada avaliação, sua descrição e a pontuação obtida por Beto foram:

Prova 1 (peso 2): avaliação teórica sobre gestão de processos — pontuação obtida: 6,0

Prova 2 (peso 3): estudo de caso prático em equipe — pontuação obtida: 8,0

Prova 3 (peso 5): apresentação individual de um plano de inovação — pontuação obtida: 7,0

Com base nesses resultados, o setor de Recursos Humanos determinou que a média final do candidato será a sua nota.

Qual nota Beto obteve no processo seletivo?

- (A) Beto obteve a nota 7,3.
- (B) Beto obteve a nota 7,1.
- (C) Beto obteve a nota 7,0.
- (D) Beto obteve a nota 7,5.

### Questão 12

Um técnico de laboratório tem 5 frascos idênticos, sendo 2 com solução contaminada e 3 com solução pura. Ao escolher aleatoriamente um frasco, qual é a probabilidade de escolher uma solução pura?

- (A) A probabilidade é de 52%.
- (B) A probabilidade é de 25%.
- (C) A probabilidade é de 14%.
- (D) A probabilidade é de 60%.

### Questão 13

A empresa MetalArte Indústria de Componentes, especializada na fabricação de peças metálicas para bicicletas, recebeu um grande pedido de uma montadora internacional.

Durante a fase de testes de produtividade, verificou-se que 6 funcionários, trabalhando 8 horas por dia durante 5 dias, conseguiram produzir 360 peças.

Com o novo contrato, o gerente de produção Rogério Lima decidiu ampliar a equipe e ajustar a jornada de

trabalho para atender à demanda dentro do prazo. Assim, a nova configuração contará com 9 funcionários, cada um trabalhando 10 horas por dia durante 6 dias, mantendo as mesmas condições de eficiência.

Nessas circunstâncias, quantas peças a equipe deverá produzir ao final do período de 6 dias?

- (A) A equipe deverá produzir 810 peças.
- (B) A equipe deverá produzir 890 peças.
- (C) A equipe deverá produzir 925 peças.
- (D) A equipe deverá produzir 910 peças.

### Questão 14

Em uma palestra sobre ética e raciocínio lógico, o professor Leonardo afirma:

"Ou o servidor cumpre suas obrigações, ou não as cumpre."

Essa afirmação representa logicamente:

- (A) A sentença é uma tautologia, pois é verdadeira em qualquer situação.
- (B) A sentença é uma contingência, pois depende do contexto.
- (C) A sentença é uma contradição, pois é sempre falsa.
- (D) A sentença é inválida, pois falta uma hipótese.

### Questão 15

Durante uma reunião de equipe, a gerente Sandra afirmou:

"Se as metas forem alcançadas, os funcionários receberão um bônus."

As metas foram alcançadas.

Logo, os funcionários receberam um bônus"

Qual é o tipo de raciocínio lógico aplicado neste argumento?

- (A) Analogia.
- (B) Indução.
- (C) Dedução.
- (D) Negação.

## Conhecimentos Específicos

---

### Questão 16

Um novo Território Federal é criado pela União. A administração do território, ao organizar sua estrutura fiscal, depara-se com a dúvida sobre quais impostos pode instituir para gerar receita própria. O consultor jurídico do novo ente argumenta que, por não ser Estado nem Município, o território não possui competência tributária para nenhum imposto, dependendo exclusivamente de repasses da União. Um auditor do TCU, designado para auxiliar na estruturação, precisa esclarecer a questão com base na repartição de competências da Constituição Federal. Sobre a

repartição de competências, analise as afirmativas.

I. Compete à União instituir impostos sobre a importação, exportação, renda, produtos industrializados (IPI), operações de crédito (IOF), propriedade territorial rural (ITR) e grandes fortunas.

II. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão causa mortis e doação (ITCMD), operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e propriedade de veículos automotores (IPVA).

III. Compete aos Municípios e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), transmissão inter vivos de bens imóveis (ITBI) e serviços de qualquer natureza (ISS).

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III apenas.

### Questão 17

Um auditor está examinando a execução de um contrato de prestação de serviços continuados de uma secretaria municipal. Ele observa que, no mês de referência, a empresa prestou os serviços conforme o contrato, o fiscal atestou a nota fiscal, e o setor financeiro realizou a programação para pagamento no mês seguinte. O contador do município, no entanto, efetuou apenas o registro da liquidação da despesa sob a ótica orçamentária, argumentando que o registro patrimonial da obrigação só deveria ser feito no momento do efetivo pagamento, para não "onerar o passivo antes da saída do caixa". O auditor precisa demonstrar a incorreção desse procedimento. Assinale a alternativa que descreve os corretos procedimentos contábeis.

- (A) O procedimento orçamentário consiste em registrar um novo empenho no valor de R\$ 10.000,00. O procedimento patrimonial consiste em um débito na conta "Despesa com Serviços" e um crédito na conta do passivo "Obrigações a Pagar".
- (B) O único procedimento a ser realizado é o orçamentário, registrando a saída de recursos do caixa do Tesouro para o credor, não havendo lançamento patrimonial, uma vez que o patrimônio líquido não se altera nessa fase.
- (C) O procedimento contábil correto, em conformidade com o Regime de Competência (determinado pela Lei 4.320/64 para o patrimônio e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP), exige que o registro patrimonial da obrigação (Passivo) e da correspondente despesa (Variação Patrimonial Diminutiva - VPD) ocorra no momento do Fato Gerador.

- (D) O único procedimento a ser realizado é o patrimonial, com um débito na conta de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) e um crédito em "Caixa", pois o procedimento orçamentário se encerrou na fase de liquidação da despesa.

### Questão 18

A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), estabelece os conceitos fundamentais que devem ser aplicados no desenvolvimento e na interpretação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSPs). Este documento define os objetivos da informação contábil, as características qualitativas e os elementos das demonstrações. A sua correta compreensão é a base para a fidedignidade dos registros e relatórios contábeis no setor público. Sobre os conceitos da Estrutura Conceitual, analise as afirmativas a seguir.

I. A característica qualitativa fundamental da relevância implica que a informação contábil é capaz de fazer diferença nas decisões dos usuários, possuindo valor preditivo, valor confirmatório ou ambos, mesmo que alguns usuários decidam não a levar em consideração ou já tenham conhecimento dela por outras fontes.

II. A representação fidedigna, outra característica qualitativa fundamental, exige que a informação seja completa, neutra e livre de erro, mas não significa exatidão em todos os aspectos, pois estimativas contábeis, por natureza, envolvem julgamentos e não podem ser perfeitamente precisas.

III. As demonstrações contábeis de propósito geral devem ser elaboradas obrigatoriamente sob o regime de caixa, conforme estabelece a Estrutura Conceitual, que reconhece o regime de competência apenas como uma base secundária para fins explicativos, mas não o adota como padrão para mensuração ou reconhecimento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III apenas.
- (D) I e II apenas.

### Questão 19

Um auditor de controle interno está analisando uma portaria que removeu um servidor de sua função de chefia. No texto do ato, a autoridade competente apenas menciona "por necessidade do serviço", sem apresentar qualquer fato concreto, justificativa ou correlação lógica entre a remoção e o interesse público. O servidor alega que a remoção foi arbitrária e motivada por perseguição pessoal. Para fundamentar seu parecer sobre a validade do ato, o auditor precisa analisar se todos os seus elementos constitutivos foram devidamente observados pela autoridade. Sobre os elementos do ato administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I.O motivo e o objeto são elementos do ato administrativo; o motivo representa a situação de fato e de direito que autoriza ou exige a prática do ato, enquanto o objeto é o efeito jurídico imediato que o ato produz, como a remoção do servidor.

II.A finalidade é um elemento sempre vinculado à lei, devendo o ato administrativo visar unicamente ao fim de interesse público previsto, de forma explícita ou implícita, na norma, sendo o desvio de finalidade um vício insanável que acarreta a nulidade do ato.

III.A competência, a forma e o motivo são elementos que admitem convalidação, ou seja, a Administração pode corrigir o vício posteriormente, desde que o ato não tenha lesionado o interesse público nem causado prejuízo a terceiros.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III apenas.

### Questão 20

Uma comissão parlamentar de fiscalização e controle solicita à equipe de contabilidade de um ministério que apresente uma demonstração que evidencie, de forma clara, a composição detalhada dos ativos e passivos da entidade ao final do último exercício, segregando os itens de curto prazo (circulante) dos de longo prazo (não circulante). O objetivo da comissão é analisar a liquidez e a estrutura de capital do órgão, verificando a capacidade de pagamento das obrigações e a composição do patrimônio público sob sua gestão. A equipe de contabilidade deve indicar qual demonstração atende a essa demanda específica. Sobre a estrutura do Balanço Patrimonial no setor público, conforme as normas vigentes, assinale a alternativa correta.

- (A) O Patrimônio Líquido é dividido apenas em Capital Social e Reservas de Lucros, de forma similar às sociedades empresariais, refletindo o investimento dos "sócios" (a sociedade) na entidade pública.
- (B) O Ativo é dividido em Circulante e Não Circulante, sendo que o Não Circulante compreende o realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. O Passivo também é dividido em Circulante e Não Circulante, além do Patrimônio Líquido.
- (C) O Passivo compreende apenas as obrigações financeiras, ou seja, aquelas cujo pagamento independe de autorização orçamentária. As obrigações não financeiras, que dependem de dotação, são registradas como Passivo Compensado.
- (D) Os bens de uso comum do povo, como praças, ruas e praias, não são evidenciados no Ativo do Balanço Patrimonial, por não possuírem valor de troca e não serem passíveis de alienação, sendo registrados apenas em controles específicos.

### Questão 21

Durante a análise de um processo administrativo de fiscalização, o auditor interno verifica que um fiscal de vigilância sanitária, ao inspecionar um restaurante, constatou uma infração de média gravidade. A legislação aplicável estabelece que, para tal infração, a autoridade competente poderá aplicar, alternativamente, uma multa pecuniária de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00 ou uma advertência por escrito. O fiscal, considerando que o estabelecimento não possuía antecedentes e que a irregularidade foi prontamente sanada, optou por aplicar a advertência, justificando sua decisão com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Essa situação, analisada sob a ótica do controle interno, constitui exemplo clássico da margem de liberdade conferida ao administrador público. Sobre a discricionariedade e a vinculação, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato do fiscal é discricionário, pois a Lei lhe conferiu uma margem de escolha (mérito administrativo) quanto ao objeto (a sanção a ser aplicada) e ao seu conteúdo (no caso da multa), devendo essa escolha ser exercida dentro dos limites da lei e de acordo com a conveniência e oportunidade para o interesse público.
- (B) O ato do fiscal é vinculado, pois, uma vez constatada a infração, ele é obrigado a aplicar uma sanção, não possuindo qualquer margem de liberdade para decidir qual penalidade é mais adequada ao caso concreto, devendo sempre optar pela mais branda.
- (C) A discricionariedade administrativa é absoluta, permitindo que o gestor público ignore os motivos e a finalidade previstos em Lei para praticar o ato, desde que sua decisão se mostre mais eficiente para o alcance dos resultados pretendidos pela Administração.
- (D) O ato é um exemplo de arbitrariedade, pois o fiscal tomou uma decisão com base em seu juízo de valor pessoal, quando deveria ter aplicado a multa, que é a sanção-padrão para infrações de média gravidade, independentemente das circunstâncias atenuantes.

### Questão 22

Uma autarquia federal identificou que diversos créditos tributários e não tributários, anteriormente registrados no ativo, não foram quitados pelos devedores nos prazos legais. Após a constituição definitiva do crédito e o encerramento da fase de cobrança amigável, a unidade contábil iniciou o processo de inscrição em Dívida Ativa, conforme determina a Lei nº 4.320/1964 e o Manual do PCASP. Considerando que essa inscrição não gera novo direito, mas apenas transfere o controle do crédito já existente para acompanhamento e cobrança judicial ou administrativa, qual classe de contas do PCASP deve ser movimentada nesse procedimento?

- (A) Na classe 3 (Variação Patrimonial Diminutiva), pois a inscrição em Dívida Ativa representa o reconhecimento de que o crédito tem baixa probabilidade de recuperação, devendo-se provisionar uma perda e afetar o resultado do exercício.
- (B) Nas classes 7 (Controles Devedores) e 8 (Controles Credores), pois a inscrição em Dívida Ativa representa um ato de controle administrativo que, embora relacionado a um direito já existente no ativo, necessita de um acompanhamento específico e segregado.
- (C) Na classe 1 (Ativo), pois a inscrição em Dívida Ativa apenas reclassifica um direito a receber de curto prazo para longo prazo, não havendo necessidade de outro registro, uma vez que o valor já compõe o patrimônio do ente.
- (D) Na classe 5 (Controle da Aprovação do Planejamento e Orçamento), pois a Dívida Ativa representa uma fonte de receita orçamentária a ser realizada em exercícios futuros, devendo ser controlada juntamente com o orçamento.

### Questão 23

A licitação é a regra constitucional para as contratações públicas, mas a própria legislação estabelece hipóteses em que o procedimento pode ser afastado. A correta distinção entre dispensa (competição viável, mas afastada por lei) e inexigibilidade (competição inviável) é um ponto de controle essencial para prevenir contratações diretas indevidas. Um auditor, ao analisar diversos processos de contratação direta de uma prefeitura, precisa validar a fundamentação legal de cada um, verificando se a situação fática corresponde à hipótese normativa invocada pelo gestor. Acerca das hipóteses de contratação direta, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

( ) A contratação em caso de emergência ou calamidade pública é uma hipótese de inexigibilidade, pois a urgência inviabiliza a competição, permitindo a contratação direta para atender à situação, mesmo que a emergência decorra da falta de planejamento do gestor.

( ) A inexigibilidade de licitação, por tratar de inviabilidade de competição, restringe-se à hipótese de fornecedor exclusivo, não sendo aplicável à contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, que devem ser contratados por critério de técnica e preço.

( ) A dispensa de licitação em razão do valor, por ser uma faculdade do gestor, não exige formalização do processo, bastando a indicação do fornecedor e a emissão da nota de empenho para que a contratação seja considerada regular.

( ) Configura hipótese de inexigibilidade a contratação de profissional de qualquer setor de atividade para serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, desde que seja demonstrada a notória especialização do contratado,

sendo vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, F, V.  
 (B) V, F, F, F.  
 (C) V, V, V, V.  
 (D) F, F, V, V.

### Questão 24

O Comitê de Gestão Fiscal de um grande município se reúne bimestralmente, logo após a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), para avaliar o desempenho das contas públicas. Na última reunião, um dos membros levantou a questão de que o relatório parecia incompleto, pois não apresentava uma análise comparativa entre as metas de resultado primário e nominal estabelecidas na LDO e os resultados efetivamente alcançados no período. Ele argumentou que, sem essa informação, o RREO perdia sua principal função de acompanhamento. O chefe da contabilidade precisa esclarecer a estrutura e o conteúdo exigido para o relatório. Qual das seguintes informações é componente obrigatório do RREO?

- (A) O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, que é publicado apenas no RREO do último quadrimestre de cada exercício, para fins de verificação do limite de endividamento.
- (B) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) completa, evidenciando o resultado patrimonial do bimestre e o acumulado no exercício.
- (C) Um parecer de auditoria independente, emitido por empresa especializada, atestando a fidedignidade das informações contábeis apresentadas no relatório.
- (D) O Balanço Orçamentário, demonstrando a execução da receita e da despesa do bimestre e o acumulado até o período, em comparação com a previsão atualizada.

### Questão 25

Em dezembro de 2024, uma lei é publicada majorando a alíquota de determinado imposto estadual. A Lei estabelece em seu texto que sua entrada em vigor é imediata. A Secretaria de Fazenda do Estado, baseada nisso, inicia a cobrança do imposto com a nova alíquota já em janeiro de 2025. Um contribuinte, sentindo-se lesado, consulta um auditor sobre a legalidade dessa cobrança imediata. O auditor precisa explicar ao contribuinte as regras de aplicação da lei tributária no tempo, diferenciando os conceitos de vigência e eficácia. Acerca da legislação tributária e sua aplicação, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

( ) A legislação tributária compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares, que são os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, as decisões

dos órgãos de contencioso administrativo e as práticas reiteradas da autoridade fiscal.

(\_\_) Salvo disposição em contrário, a Lei tributária que cria ou aumenta um tributo entra em vigor na data de sua publicação, mas sua aplicação para a cobrança do tributo (eficácia) fica suspensa até o início do próximo exercício financeiro e até que se completem noventa dias da publicação.

(\_\_) A lei tributária que estabelece penalidades mais brandas para infrações cometidas antes de sua vigência pode ser aplicada retroativamente, beneficiando o contribuinte, desde que o ato infracional não tenha sido definitivamente julgado na esfera administrativa ou judicial.

(\_\_) Os tratados internacionais que versem sobre matéria tributária, uma vez aprovados pelo Congresso Nacional e promulgados pelo Presidente da República, têm força de lei complementar e podem instituir novos impostos não previstos na Constituição.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, F.
- (B) V, V, V, F.
- (C) F, V, V, V.
- (D) V, V, F, V.

### Questão 26

Uma empresa obteve, junto à prefeitura, um alvará de funcionamento para operar um pátio de materiais de construção em uma determinada zona da cidade. Anos depois, o Plano Diretor do município é alterado por uma nova Lei, e a área onde a empresa está instalada é rezoneada como estritamente residencial, tornando a atividade ali exercida incompatível com a nova legislação urbanística. Diante da nova Lei, a prefeitura notifica a empresa de que seu alvará não possui mais validade, devendo encerrar as atividades naquele local. A empresa alega possuir direito adquirido. O ato da prefeitura que extingue o alvará é um exemplo de qual forma de extinção do ato administrativo?

- (A) Caducidade, que é a extinção do ato administrativo em razão de uma norma jurídica superveniente que torna inadmissível a situação antes consentida pelo Poder Público no ato extinto.
- (B) Revogação, que é a extinção de um ato válido por motivo de conveniência e oportunidade, quando ele deixa de ser interessante para o interesse público, operando efeitos prospectivos (ex nunc).
- (C) Cassação, que é a forma de extinção do ato administrativo em razão de o seu beneficiário ter descumprido condições que deveria manter para a sua fruição.
- (D) Anulação, que é a retirada do ato administrativo por motivo de vício de ilegalidade em um de seus elementos de formação, operando efeitos retroativos (ex tunc).

### Questão 27

Um auditor interno, ao revisar os atos praticados por um Secretário de Estado no último mês, se depara com uma variedade de documentos: um decreto regulamentando uma Lei; uma portaria designando um servidor para uma comissão; uma licença para construir concedida a um particular; e um atestado de tempo de serviço emitido para fins de aposentadoria. Para fins de seu relatório de conformidade, o auditor precisa classificar corretamente cada um desses atos quanto à sua natureza e aos seus efeitos, a fim de verificar se a forma utilizada e as prerrogativas exercidas são compatíveis com cada espécie. Acerca da classificação dos atos administrativos, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

(\_\_) Atos normativos, como o decreto expedido pelo Secretário, possuem generalidade e abstração, estabelecendo regras de alcance geral dentro dos limites da lei que regulamentam, e são uma expressão do poder regulamentar da Administração.

(\_\_) Atos ordinatórios, como a portaria de designação, são aqueles que visam a disciplinar o funcionamento interno da Administração e a conduta de seus agentes, sendo manifestação do poder hierárquico e, em regra, produzindo efeitos apenas dentro da repartição.

(\_\_) Atos negociais, como a licença para construir, são atos vinculados nos quais a Administração, após verificar o cumprimento de todos os requisitos legais pelo particular, pode, por conveniência e oportunidade, revogar o ato a qualquer tempo, sem direito à indenização.

(\_\_) Atos enunciativos, como o atestado de tempo de serviço, são aqueles que criam, modificam ou extinguem direitos para o administrado, possuindo como principal atributo a imperatividade, que os impõe independentemente da vontade do destinatário.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, V, V, V.
- (D) V, F, V, F.

### Questão 28

A controladoria de um Estado está reavaliando sua política de gestão de ativos e se depara com uma situação complexa: um hospital público, construído há mais de 40 anos, possui um valor contábil residual muito baixo devido à depreciação acumulada. No entanto, o imóvel está localizado em uma área extremamente valorizada da capital, e seu valor de mercado é centenas de vezes superior ao valor registrado no balanço. Um auditor de controle interno foi incumbido de emitir uma nota técnica sobre o tratamento contábil adequado para essa situação, à luz das normas do CFC sobre ativo imobilizado. Conforme a Norma sobre ativo imobilizado (atual NBC TSP 07, antiga NBCT 16.9), assinale a

alternativa correta:

- (A) Caso a perda por desvalorização seja reconhecida, ela deve ser registrada diretamente contra o Patrimônio Líquido, em uma conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", não transitando pelo resultado do exercício para não distorcer a análise de superávit ou déficit patrimonial.
- (B) A entidade deve, anualmente, avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e, caso haja, deve realizar o teste de recuperabilidade (impairment), reconhecendo a perda por desvalorização como uma Variação Patrimonial Diminutiva no resultado do período.
- (C) A perda por desvalorização de um ativo imobilizado não deve ser reconhecida contabilmente, pois o valor do patrimônio público é regido pelo princípio do custo histórico, sendo vedada qualquer alteração que não decorra da depreciação ou de uma reavaliação positiva.
- (D) O teste de recuperabilidade só é obrigatório para ativos que geram fluxo de caixa, como os de empresas estatais que exploram atividade econômica, não se aplicando a bens de uso especial, como edifícios administrativos, cujo valor é meramente referencial.

### Questão 29

Uma indústria apura e recolhe mensalmente um tributo federal sujeito ao lançamento por homologação. Durante cinco anos, a empresa realiza os pagamentos antecipados, mas comete um erro sistemático no cálculo da base de cálculo, recolhendo um valor menor que o devido. A Receita Federal, em um procedimento de fiscalização, identifica a diferença não recolhida. O contribuinte alega que, como já se passaram mais de cinco anos desde os primeiros pagamentos, o Fisco não poderia mais lançar a diferença, pois seu direito estaria extinto pela homologação tácita. O auditor fiscal precisa definir o marco inicial para a contagem do prazo decadencial. Sobre as modalidades de lançamento, assinale a alternativa que descreve corretamente o lançamento por homologação.

- (A) Ocorre quando a lei atribui à autoridade administrativa o dever de, com base em informações prestadas pelo contribuinte ou por terceiros, verificar a ocorrência do fato gerador, calcular o montante do tributo e notificar o sujeito passivo para o pagamento, como no caso do IPTU.
- (B) Ocorre quando a declaração do contribuinte ou de terceiro é o elemento central para a constituição do crédito. A autoridade fiscal apenas confere os dados declarados, realiza o cálculo e notifica o sujeito passivo, como no caso do Imposto de Renda da Pessoa Física.

- (C) É a modalidade utilizada exclusivamente para a cobrança de multas por descumprimento de obrigações acessórias, em que a autoridade fiscal, ao constatar a infração, efetua o lançamento do valor da penalidade, homologando a conduta infracional.
- (D) Ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. O lançamento opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressa ou tacitamente a homologação.

### Questão 30

Uma equipe de fiscalização municipal, ao constatar a construção de um muro em área pública sem qualquer autorização, emite um auto de embargo e demolição da obra, com prazo de 48 horas para que o particular desfaça a construção irregular, sob pena de a própria prefeitura realizar a demolição e cobrar os custos do infrator. O particular alega que o ato é nulo e que a prefeitura não pode agir sem uma ordem judicial. A validade e a força do ato administrativo, no entanto, decorrem de seus atributos especiais, que o diferenciam dos atos privados. Sobre os atributos do ato administrativo, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

(\_\_ ) A presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta (*jure et de jure*), o que significa que, uma vez praticado, ele não pode ter sua validade questionada na esfera judicial, cabendo ao administrado apenas o recurso administrativo.

(\_\_ ) A imperatividade, atributo pelo qual o ato se impõe ao particular independentemente de sua concordância, está presente em todos os atos administrativos, inclusive nos atos enunciativos, como a emissão de uma certidão de tempo de serviço.

(\_\_ ) A autoexecutoriedade permite que a Administração, em casos de urgência ou quando a lei expressamente autoriza, execute materialmente suas decisões por meios próprios, como no caso da demolição de obra irregular, sem precisar de autorização prévia do Poder Judiciário.

(\_\_ ) A anulação de um ato administrativo, que ocorre por motivos de conveniência e oportunidade, produz efeitos prospectivos (*ex nunc*), respeitando os direitos já adquiridos, enquanto a revogação, por motivo de ilegalidade, produz efeitos retroativos (*ex tunc*).

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, F.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, F, F, F.
- (D) V, F, V, F.

### Questão 31

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) se

organiza por meio de subsistemas de informações que registram, processam e evidenciam os atos e fatos relacionados à gestão governamental. O objetivo dessa segregação é fornecer uma visão completa da administração, abrangendo desde o planejamento e a execução do orçamento até as alterações no patrimônio e os atos que podem afetar as contas no futuro. A integração desses subsistemas é crucial para a geração de relatórios consistentes e para o exercício do controle. Sobre as funções desses subsistemas, analise as afirmativas a seguir.

I.O Subsistema Orçamentário evidencia a receita prevista em confronto com a arrecadada e a despesa autorizada em confronto com a realizada, sendo o principal instrumento para a verificação do cumprimento da Lei Orçamentária Anual.

II.O Subsistema Patrimonial, regido integralmente pelo regime de competência, registra os fatos que afetam o patrimônio, como o reconhecimento de direitos a receber (lançamento de tributos) e de obrigações (liquidação de despesas), apurando o resultado patrimonial.

III.O Subsistema de Compensação registra os atos que não afetam o patrimônio de imediato, mas que representam potenciais alterações futuras, como a assinatura de um contrato de obra ou o recebimento de uma garantia, sendo essencial para o controle gerencial.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III apenas.

### Questão 32

Uma empresa exportadora de calçados, localizada no Estado de São Paulo, realiza uma grande venda para um distribuidor na Argentina. Ao emitir a nota fiscal, o sistema da empresa calcula o ICMS sobre o valor da operação. O gerente financeiro questiona o contador, pois tinha conhecimento de que as exportações eram desoneradas. O contador afirma que a desoneração se aplica apenas ao produto em si, mas não aos serviços de transporte e comunicação vinculados à exportação. Um auditor fiscal, em uma consulta, é chamado para elucidar a abrangência da imunidade tributária do ICMS nas exportações. Sobre as imunidades constitucionais específicas do ICMS, assinale a alternativa correta.

- (A) O imposto não incide sobre as operações com livros, jornais e periódicos, mas incide sobre o papel destinado à sua impressão, como forma de controle fiscal da indústria gráfica.
- (B) O imposto incide sobre as operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica, sendo a alíquota definida pelo Estado de destino da mercadoria.

- (C) O imposto não incide sobre o serviço de transporte intermunicipal de passageiros, por ser considerado um serviço essencial à mobilidade urbana, sendo a tributação concentrada apenas no transporte de cargas.
- (D) O imposto não incide sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.

### Questão 33

Uma equipe de auditoria está avaliando a apuração do resultado orçamentário de um Estado. Foi verificado que, no último dia do exercício financeiro, foram realizados o empenho e a liquidação de uma vultosa despesa com aquisição de equipamentos. No entanto, o pagamento efetivo desses equipamentos só ocorreu no exercício seguinte. Paralelamente, um tributo lançado naquele exercício só foi efetivamente arrecadado no mês de janeiro do ano subsequente. O gestor público insiste que ambas as operações devem impactar o resultado do exercício em que o dinheiro efetivamente circulou. O auditor deve esclarecer qual o regime correto a ser aplicado para fins orçamentários. Considerando o regime orçamentário vigente no Brasil, assinale a alternativa correta:

- (A) As despesas orçamentárias são reconhecidas segundo o regime de caixa, ou seja, são consideradas executadas apenas no momento do seu efetivo pagamento, quando os recursos financeiros são desembolsados para a quitação da obrigação.
- (B) Tanto as receitas quanto as despesas orçamentárias seguem o regime de competência, sendo a receita reconhecida no momento do lançamento do tributo e a despesa no momento da liquidação, que é a verificação do direito adquirido pelo credor.
- (C) As receitas orçamentárias são reconhecidas pelo regime de competência, no momento do fato gerador, enquanto as despesas orçamentárias são reconhecidas pelo regime de caixa, no momento do pagamento, para garantir um controle mais rígido sobre os gastos.
- (D) As receitas orçamentárias são reconhecidas segundo o regime de caixa, ou seja, no momento de sua efetiva arrecadação, independentemente do período em que ocorreu o fato gerador que deu origem ao direito de recebimento pelo ente público.

### Questão 34

Ao final do exercício, a controladoria de um ente público se prepara para elaborar o conjunto completo das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), que será submetido à análise do Tribunal de Contas. Um novo servidor, encarregado de consolidar os dados, questiona a necessidade de elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC),

argumentando que o Balanço Financeiro já evidencia as movimentações de recursos. Um auditor sênior é chamado para explicar a importância e a função de cada relatório, destacando as informações únicas que cada um proporciona para a análise da gestão. Acerca dos registros e demonstrações, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

( ) A aquisição de um ativo intangível, como um software, gera, sob o enfoque patrimonial, um lançamento de débito em conta do Ativo e crédito em conta do Passivo (se a prazo) ou do Ativo (se à vista), tratando-se de um fato contábil permutativo.

( ) Sob o enfoque orçamentário, a mesma aquisição de software gera o registro da despesa no estágio do empenho, que representa a reserva da dotação orçamentária para o gasto, afetando o resultado orçamentário do exercício.

( ) A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) evidencia as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa, classificadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo obrigatória para todos os entes da Federação.

( ) O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, confrontando-os com os saldos de caixa do exercício anterior e do exercício atual.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, V.
- (B) V, F, V, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, V, V, V.

### Questão 35

Um município, buscando incrementar sua arrecadação, edita um decreto que estabelece uma nova "Taxa de Manutenção de Vias Públicas", exigida de todos os proprietários de imóveis e calculada com base no valor venal de cada propriedade. Um auditor do Tribunal de Contas, ao analisar a legalidade do novo tributo, recorre ao conceito fundamental de tributo estabelecido pelo Código Tributário Nacional (CTN) para fundamentar seu parecer. O parecer do auditor deve apontar a ilegalidade da cobrança, baseando-se em qual elemento do conceito de tributo? Sobre as disposições do CTN, assinale a alternativa que contém uma afirmação correta.

- (A) O CTN define tributo como toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

(B) O CTN veda expressamente a utilização de tributo com efeito de confisco, estabelecendo um teto percentual de 50% sobre o valor do bem ou da renda para a alíquota de qualquer imposto, sob pena de nulidade da cobrança.

(C) O CTN classifica os tributos em três espécies: impostos, taxas e contribuições de melhoria, não fazendo referência a outras espécies como os empréstimos compulsórios ou as contribuições especiais, que foram criadas posteriormente pela Constituição Federal.

(D) O CTN estabelece que a natureza jurídica específica do tributo é determinada pela destinação legal do produto de sua arrecadação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela Lei.

### Questão 36

Um contrato administrativo para a prestação de serviços de limpeza hospitalar está em plena execução quando uma nova norma sanitária exige a utilização de produtos de desinfecção mais potentes e caros, não previstos na proposta original. A Administração Pública determina que a empresa contratada se adequue imediatamente à nova exigência. A empresa alega que só cumprirá a determinação se for celebrado um termo aditivo com a revisão do valor contratual, mas a Administração aplica uma advertência pela recusa inicial, invocando suas prerrogativas contratuais. Sobre as cláusulas exorbitantes, analise as afirmativas a seguir:

I. A prerrogativa de alterar unilateralmente o contrato para melhor adequação ao interesse público permite que a Administração exija a mudança nos produtos de limpeza, mas, em contrapartida, gera para o contratado o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

II. A prerrogativa de aplicar sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do contrato permite que a Administração aplique a penalidade de advertência à empresa pela recusa em acatar a ordem de alteração, garantido o contraditório e a ampla defesa.

III. A fiscalização da execução do contrato é uma prerrogativa que permite à Administração não apenas verificar o cumprimento das obrigações, mas também intervir diretamente na gestão da empresa contratada, nomeando um interventor para garantir a continuidade do serviço.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) I, II e III.

### Questão 37

Ao final do segundo quadrimestre, o titular do Poder Executivo de um Município publica o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), que é prontamente analisado pelos auditores do Tribunal de Contas. A análise revela que a

Despesa Total com Pessoal (DTP) atingiu 96% do limite máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante desse fato, a oposição política alega que o governo está em descumprimento da LRF e deve iniciar imediatamente o processo de corte de gastos com pessoal. A equipe de governo, por sua vez, afirma que ainda não ultrapassou o teto legal e que nenhuma medida drástica é necessária. Um auditor de controle interno precisa emitir um parecer técnico sobre a situação. Qual consequência imediata deve ser verificada pelo auditor?

- (A) O município ultrapassou o "limite de alerta" (90% do máximo), devendo o Tribunal de Contas emitir um parecer alertando o gestor, mas nenhuma sanção ou vedação administrativa é aplicada até que o limite máximo seja efetivamente ultrapassado.
- (B) O município não sofre qualquer sanção ou vedação, pois a LRF só prevê medidas corretivas após ser ultrapassado o limite máximo de 100%, momento em que o ente terá dois quadrimestres para se reequilibrar.
- (C) O município deve imediatamente exonerar servidores não estáveis para se adequar. Caso não seja suficiente, deverá exonerar servidores estáveis, conforme determina a LRF para casos em que o limite prudencial é ultrapassado.
- (D) O município ultrapassou o chamado "limite prudencial" (95% do máximo), ficando imediatamente impedido de conceder vantagem, aumento ou reajuste de remuneração, criar cargos, ou contratar pessoal, a não ser para reposição de aposentadorias ou falecimentos em áreas específicas.

### Questão 38

O Congresso Nacional debate um projeto de lei para instituir um novo imposto sobre a renda que prevê alíquotas progressivas significativamente mais altas para contribuintes de determinada região do país, sob a justificativa de que tal região possui um PIB per capita superior à média nacional. Durante a audiência pública, juristas argumentam que a proposta, apesar de visar à justiça fiscal, fere cláusulas pétreas do Sistema Tributário Nacional. A discussão se concentra nos limites que a própria Constituição impõe ao legislador na criação de tributos. Sobre os princípios e regras do Sistema Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir.

I.O princípio da isonomia tributária, previsto no Art. 150, II, veda tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, mas permite que a lei estabeleça critérios de diferenciação razoáveis e justificados, como os incentivos fiscais para promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

II.A Constituição estabelece o princípio da capacidade contributiva, determinando que, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas

do contribuinte.

III.O princípio da não cumulatividade é aplicado obrigatoriamente a todos os impostos de competência da União, dos Estados e dos Municípios, visando desonerar a cadeia produtiva e evitar a tributação em cascata.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) I, II e III.

### Questão 39

Uma empresa de tecnologia, buscando otimizar sua carga tributária, realiza uma complexa reorganização societária, criando diversas empresas subsidiárias e realizando uma série de negócios jurídicos entre elas. O objetivo aparente é fragmentar o faturamento para que as empresas se enquadrem em regimes tributários mais benéficos. A fiscalização, ao analisar a operação, entende que a estrutura foi montada com o único propósito de esconder a real ocorrência do fato gerador do imposto, que seria o faturamento consolidado da empresa principal. O auto de infração é lavrado desconsiderando a reorganização. A empresa contesta, alegando liberdade de organização empresarial. Considerando a ocorrência do fato gerador, assinale a alternativa correta.

- (A) A capacidade tributária passiva, ou seja, a aptidão para ser sujeito passivo da obrigação tributária, depende da capacidade civil da pessoa, sendo nula a obrigação tributária atribuída a um menor de idade que tenha auferido renda.
- (B) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência. A autoridade administrativa pode desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador.
- (C) O fato gerador ocorre e seus efeitos são produzidos no momento da homologação do lançamento pela autoridade fiscal, que é o ato que confere validade e eficácia à obrigação tributária, tornando-a exigível.
- (D) O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal, sendo que seu descumprimento, por si só, não pode gerar uma penalidade pecuniária.

### Questão 40

Um Estado da Federação, visando a atrair investimentos, celebra um convênio com uma grande empresa, delegando a ela a responsabilidade de fiscalizar e cobrar o ICMS devido pelas empresas de sua cadeia de fornecedores localizadas na região. Em troca, a empresa receberia um percentual do valor arrecadado. Um auditor de controle interno, ao tomar conhecimento do acordo,

emite um alerta sobre a sua inconstitucionalidade, argumentando que o Estado estaria violando as regras que regem o exercício do poder de tributar, especialmente no que tange à distinção entre competência e capacidade tributária. Sobre o poder de tributar, assinale a alternativa correta.

- (A) A repartição de competências tributárias prevista na Constituição é rígida e não admite exceções, sendo vedado que a União institua impostos de competência dos Estados ou Municípios, mesmo em situações de extrema anormalidade, como uma guerra externa.
- (B) A capacidade tributária ativa é a aptidão para figurar no polo ativo da obrigação tributária, ou seja, para cobrar, arrecadar e fiscalizar os tributos, podendo ser delegada a outra pessoa jurídica de direito público, como no caso da União delegando ao INSS a cobrança de contribuições.
- (C) O poder de tributar do Estado decorre diretamente da lei ordinária, que define os limites e as condições para o seu exercício, podendo a Constituição ser alterada por emenda parlamentar para suprimir ou ampliar a competência tributária dos entes.
- (D) A capacidade tributária ativa, que é a aptidão para criar o tributo por meio de lei, é indelegável. Já a competência tributária, que é a aptidão para arrecadar e fiscalizar, pode ser delegada a qualquer pessoa jurídica, pública ou privada, sendo o convênio descrito no cenário um exemplo válido dessa delegação.

